

QUESTÃO DE GÊNERO: as mulheres e LGBTs no campo, ações de enfrentamento a COVID-19

GENDER ISSUES: women and LGBT on the field, actions confronting COVID-19

Noeli Welter Taborda

Mestranda do Curso de Geografia no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (UNESP) da Universidade Estadual Paulista - SP; Militante do MMC, noeli.taborda@unesp.br

Carlos Magno Soeiro Mendonça

Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe - Universidade Estadual Paulista – UNESP – Presidente Prudente – SP. Graduado em Pedagogia da Terra pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA. LGBT Sem Terra, militante do MST – MA. magno.mendonca@unesp.br

Resumo

O presente texto teve como objetivo identificar como as mulheres e as LGBTs do campo, em sua diversidade, realizaram ações de enfrentamento a COVID-19, tendo como principais fundamentos o feminismo camponês popular e as relações de gênero, reinventando suas formas de luta. Os procedimentos metodológicos estão fundamentados na pesquisa militante, que orienta para uma ação transformadora, articulando ativamente pesquisadoras (es) e movimentos sociais. Dentre os principais resultados e reflexões, os debates partem da concepção de uma sociedade capitalista, patriarcal, racista, xenofóbica e LGBTfóbica. As ações de luta e resistência, se efetivaram nas campanhas de solidariedade, denúncias das ações negacionistas e genocidas do Governo Federal. A luta pelos PLs 735/2020 e 823/2021, as jornadas nacionais e internacionais, a defesa do SUS, o plantio de árvores, a forma de se reorganizar e a reinvenção no uso das redes sociais para se manter conectadas.

Palavras-chave: Ações. MMC. MST. Mulheres. LGBTs. Pandemia.

Abstract

The present text aimed to identify how rural women and LGBTs, in their diversity, carried out actions to confront COVID-19, having as main foundations popular peasant feminism and gender relations, reinventing their forms of struggle. The methodological procedures are based on militant research, which guides towards a transforming action, actively articulating researchers and social movements. Among the main results and reflections, the debates start from the conception of a capitalist, patriarchal, racist, xenophobic and LGBTphobic society. The actions of struggle and resistance were carried out in solidarity campaigns, denunciations of the denialist and genocidal actions of the Federal Government. The fight for PLs 735/2020 and 823/2021, national and

international journeys, defense of the SUS, the planting of trees, how to reorganize and reinventing the use of social networks to stay connected.

Keywords: Actions. MMC. MST. Women. LGBTs. Pandemic.

Introdução

A pandemia da COVID-19 explodiu no Brasil em meados de março de 2020. Junto a ela, inúmeros desafios foram impostos à classe trabalhadora, entre eles, a intensificação das problemáticas de uma sociedade baseada nas relações capitalistas, patriarcais, racistas e homofóbicas. Elementos que aprofundam as situações de violência e a desigualdade de gênero diante dessa grave crise sanitária. Este ensaio nos motiva lançar um olhar para as mulheres, as jovens e a diversidade de gênero organizadas no Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), bem como as LGBTs do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), trazendo presente suas formas de reorganização e as ações realizadas na luta por direitos na pandemia.

A crise sanitária ocasionada pela pandemia do Coronavírus, através do vírus SARS-COV-2 em 2020, no Brasil foi agravada, pela postura negacionista e irresponsável do Presidente Jair Messias Bolsonaro. Política que desrespeita o conhecimento científico, contraria as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), e em nome do lucro, coloca a economia acima da vida do povo. Não bastasse esse cenário, foi incapaz de implementar medidas imediatas para barrar a contaminação da população, o que levou à morte em massa de 412.880 de brasileiras e brasileiros, conforme dados publicados pela CNN Brasil em 01 de janeiro de 2022¹.

As camponesas organizadas no MMC lançaram um posicionamento político de defesa da vida, e isolamento social produtivo, denunciando as atitudes do governo, organizando a luta por auxílio emergencial para o campo e a cidade e construindo ações de solidariedade com doações de alimentos, máscaras, produtos de higiene, entre outros. Essas ações se espalharam no Brasil, uma solidariedade de classe na qual compartilha-se o que se tem. Ao mesmo tempo, tornam suas casas e quintais produtivos espaços de luta, organização e formação. Realidade essa também vivenciada no MST, que assim como o MMC posicionou-se, desde o início da pandemia, pelo cuidado da vida, e buscou formas de fazer a luta nas diversas dimensões necessárias para esse momento.

¹ <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/brasil-encerra-2021-com-412-880-mortes-por-covid-19/>. Acesso em 06 de junho de 2022.

Inúmeros desafios surgiram, entre eles, a insegurança, o medo, bem como a desinformação. Com todo esse processo vivenciado, em especial do isolamento, houve o aumento da violência sofrida pelas mulheres, sobretudo as negras, jovens e as/os sujeitos que compõem a diversidade sexual, dados revelam que uma em cada quatro mulheres afirma ter sofrido algum tipo de violência no Brasil durante a pandemia². Ainda, junto da pandemia, o desemprego, a fome, a miséria, o alto preço dos alimentos e do gás de cozinha foram problemáticas acirradas, “o Brasil retrocedeu no que diz respeito a segurança alimentar, mostra o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, divulgado nesta quarta-feira 8. De acordo com os dados, são 33,1 milhões de pessoas”³. Não obstante, o desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS) através da EC nº 95, que congelou os investimentos públicos em saúde, educação e segurança por 20 anos. Essa realidade levou as organizações, movimentos populares, sindicais e partidos de esquerda à luta por um auxílio emergencial que amenizasse os efeitos dessa crise econômica, social e sanitária. O mesmo foi conquistado para a população urbana, já as camponesas e suas famílias não tiveram nenhum auxílio, as propostas para o campo foram vetadas por esse governo genocida. As mulheres, jovens e LGBTs não desistiram e se mantiveram firmes na luta por direitos e políticas públicas para o campo.

Para realização desse ensaio partimos de uma abordagem materialista histórica e dialética e de procedimentos metodológicos que incluíram pesquisa bibliográfica e documental em publicações no período de 2020 e 2021 entre eles, livros, artigos, relatórios e matérias divulgadas nas redes sociais, que trataram das ações realizadas pelos dois Movimentos em questão. As palavras chaves que permearam a pesquisa foram: Ações. MMC. MST. Mulheres. LGBTQIA+. Pandemia.

A seleção das publicações deu-se, considerando a temática proposta nesse artigo, para apresentar as ações realizadas pelas camponesas do MMC e LGBTQIA+ do MST. Foram encontradas 11 publicações que trataram sobre o tema da pesquisa, sendo, 1. Livros: **RESISTÊNCIAS: por mãos de mulheres camponesas**. Organizadoras: COLLET, Zenaide, et., al. (2022). 2. **HASTEEMOS A BANDEIRA COLORIDA: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. (Org). NOGUEIRA, Leonardo et., al. (2018).

² <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/07/1-em-cada-4-mulheres-foi-vitima-de-algum-tipo-de-violencia-na-pandemia-no-brasil-diz-datafolha.ghtml>

³ Leia mais em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/fome-crece-no-brasil-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas-em-2022/>.

3. **LGBT sem terra:** rompendo cercas e tecendo a liberdade / (Org.) MARIANO, A. S., PAZ, T. T. (2021). 4. **O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais** NOGUEIRA, Leonardo et, al. (2020). 5. Artigos: **História e Lutas da Territorialização do Movimento de Mulheres Camponesas de Minas Gerais** GADELHA, R. R. (2020). 6. **Território:** um olhar a partir das mulheres do movimento de mulheres camponesas. TABORDA, Noeli Welter et, al. (2021). 7. Redes sociais: Site mmcbrazil.org, 8. Site mst.org.br. 9. Facebook MMC <https://www.facebook.com/mmcnacional>. 10. Facebook Via Campesina <https://www.facebook.com/ViaCampesinaBR>. 11. Relatório: **BALANÇO E PROJEÇÕES DO COLETIVO NACIONAL LGBT DO MST**. MST (2020-2021).

A pesquisa militante também foi incorporada, pois ela orienta para uma ação transformadora, articulando ativamente pesquisadoras (es) e movimentos sociais. A “referida modalidade de investigação está presente de maneira contínua na América Latina, desde a década de 1960, possuindo, nas diversas espacialidades e momentos históricos, várias configurações, matrizes político-ideológicas, contextos de ação e possibilidades” (BRINGUEL, VARELLA, 2016, p. 2). Essa metodologia permite novas perspectivas (metodológicas, epistemológicas e políticas) que situam as práticas sociais, políticas e jurídicas de conhecimento a partir de uma lógica emancipatória, o que dialoga com a proposta dos Movimentos em questão, ao realizar as ações visando a libertação das mulheres e LGBTs de todas as formas de exploração, opressão e discriminação

Além dessa introdução e das considerações finais o texto está organizado em três partes: a primeira apresenta um breve apanhado sobre quem são as camponesas organizadas no MMC e os sujeitos que compõe o coletivo LGBTs Sem Terra; na segunda parte refletimos as ações construídas pelas mulheres organizadas no MMC; na terceira avançamos na compreensão das ações realizadas pelas LGBTs Sem Terra.

MMC e MST: mulheres e LGBTs do campo na luta e resistência.

*Fortalecer a luta, em defesa da vida! Todos os dias! (Palavra de ordem do MMC).
“O patriarcado destrói, o capitalismo faz a guerra, o sangue LGBT também é
sangue sem terra” (Palavra de ordem das LGBTs Sem Terra).*

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados por mudanças profundas no modo de se organizar, lutar, fazer formação e comunicar para as camponesas organizadas no MMC, e LGBTs no MST. Porém, antes de adentrar diretamente no tema, entende-se ser importante trazer um breve apanhado sobre quem são as camponesas organizadas no MMC e os sujeitos que compõe o coletivo LGBTs Sem Terra.

O MMC é um movimento que nasce no interior do processo de luta contra a ditadura militar, pela reabertura política e democratização do país, bem como na luta por direitos e políticas públicas que proporcionam vida digna para a classe trabalhadora entre o final dos anos de 1970 e início dos anos 1980. As mulheres camponesas ousaram, em diversos estados do Brasil, construir grupos, movimentos e associações como espaços de diálogo, debate e reflexão sobre a realidade por elas vividas (MMC, 2018).

Em sua trajetória de luta e organização, conforme MMC (2004), foi sendo construída uma mística feminina, feminista e libertadora, e seu conteúdo se expressa num projeto de sociedade que articula a transformação das relações sociais de classe, com a natureza e de gênero. Essa mística expressa-se em símbolos e, ao mesmo tempo, na práxis coletiva do Movimento. Esses diversos grupos existentes no Brasil realizaram no dia 8 de março de 2004, o I Congresso Nacional em Brasília, em que foi unificado e consolidado o MMC no Brasil. O nome foi eleito depois de um amplo debate em escalas nacional, estadual e nas bases. Como síntese desse debate, para as mesmas,

[...] mulher camponesa, é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, sem terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher, legítima e confirma no Brasil, o nome de MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC, 2004, p. 2).

Além dos sujeitos acima citados, o MMC realizou também espaços específicos junto a jovens camponesas, e mais recentemente, organizou o coletivo de diversidade sexual, pois entende ser importante que esses sujeitos possam aprofundar os debates

acerca de suas especificidades⁴. Ao longo desses quase 40 anos, o MMC foi construindo estratégias de organização, lutas e formação para enfrentar os desafios que essa sociedade impõe sobre suas vidas e em seus territórios.

O MMC é um movimento que tem sua atuação baseada no tripé organização, formação e luta, criando seus próprios espaços, territórios e territorialidades.

Não são territórios porque lutam por um pedaço de terra ou teto, mas porque estabelecem relações de poder ao disputar poderes explicativos sobre o espaço” e, ao se materializarem na pesquisa, apresentam posturas “político-ideológicas na interpretação do espaço agrário” (VINHA, 2013, p. 5, apud TABORDA et., al. 2021, p. 3).

Portanto parece importante apresentar alguns elementos sobre o conceito de território, Fernandes (2005) apresenta que espaço e território mesmo que diferentes são o mesmo, neste sentido (RAFFESTIN, 1993, p. 143) nos alerta que é “essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território”. Ou seja, o território se forma a partir do espaço, é então resultado de uma ação realizada pelos sujeitos que o compõe, ou seja, as relações sociais por sua diversidade permitem a criação de vários tipos de territórios, que,

são descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes escalas e dimensões. Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento. Os territórios são, portanto, concretos e imateriais. O espaço geográfico de uma nação forma um território concreto, assim como um paradigma forma um território imaterial, (FERNANDES, 2005, p. 28).

Segundo o autor “a mobilidade dos territórios imateriais sobre o espaço geográfico por meio da intencionalidade determina a construção de territórios concretos”, na geografia o território é considerado uma totalidade, sendo então multidimensional. Ao ser reproduzido e materializado pelas relações sociais, produzem espaços e territórios em movimentos permeados por conflitos, contradições e desigualdades.

O território é elemento fundador de suas identidades, e é na sua relação e trabalho diferenciado com a terra/natureza (espaço), a partir de seus corpos e conhecimentos próprios, que as mulheres se definem como camponesas e realizam as lutas em defesa de seus modos de vida, cultura, terra, formas de conhecimento etc. (GADELHA, 2021, p. 4, apud, TABORDA, et al, 2021, p. 5).

Diante do exposto, pretende-se apresentar mais adiante algumas ações que o MMC vem desenvolvendo, explicitando, sobretudo, sua capacidade de se reinventar, enquanto

⁴ SITE, MMC. Disponível em: <https://mmcbrasil.org/construcao-das-camponesas/jovens-camponesas/> acesso em 01 de março, 2022.

movimento socioterritorial, e construir novas estratégias de resistência e luta, a partir dos sujeitos que o constroem durante os anos de pandemia ocasionada pela COVID-19.

Da mesma forma o MST, que também se constitui como um movimento socioterritorial que nesta conjuntura abraçou a solidariedade como estratégia de luta e resistência. Movimento este que igualmente nasceu nos anos de 1980, tendo como principal bandeira de luta a Reforma Agrária: “terra para quem nela quer plantar”. Seus sujeitos e formas de organização e atuação são as mais diversas, e sua luta possibilitou a milhares de brasileiros e brasileiras conquistarem um pedaço de chão. Mas para além disso, a luta por políticas públicas sempre esteve presente, e com o passar dos anos, a organização de inúmeros setores foram se constituindo.

Dentro da estruturação do MST, está o coletivo LGBTs Sem Terra, que a partir de muita luta e reivindicações, se consolidou no ano de 2017, o que não significa que os referidos sujeitos já não existiam no Movimento. De acordo com Mariano e Paz (2018, p.294),

[...] a participação de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis no MST não é tão recente quanto a sua auto-organização. Na história do Movimento podem ser encontradas (os) muitas(os) militantes e dirigentes LGBTs que tiveram – e ainda têm – suas trajetórias entrecortadas por uma série de conquistas, mas, também, preconceitos e discriminações.

Entretanto, a construção da história das LGBTs no Movimento vai para além do preconceito, a mesma propõe a formação de sujeitos na busca da emancipação, considerando que “a história das LGBTs no MST está longe de resumir-se a preconceitos e discriminações”. É também nessa organização que muitas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais puderam se constituir enquanto sujeitos políticos” (Ibid, p. 294). Nesta direção, Nogueira (2020) afirma que “ampliado o respeito às inúmeras formas de orientação sexual e identidade de gênero, a tendência é de crescimento da base social dos movimentos populares” (NOGUEIRA, 2020, p. 170).

A construção do coletivo LGBT Sem Terra e sua consolidação foi e continua sendo de suma importância no fortalecimento a “diversidade sexual como parte da luta de classe”, assim como uma contribuição para a retirada das LGBTs da “invisibilidade e trazê-las como parte-integrante da luta do Movimento”, de acordo com as linhas políticas e organicidade do coletivo (LGBT Sem Terra, 2021).

O referido Coletivo tem enfrentado diversos desafios diante de uma sociedade extremamente conservadora, da mesma forma que as camponesas no MMC buscam organizar e enraizar o debate acerca da construção de novas relações, assim também as

LGBTs buscam construir espaços para reflexão em seus territórios, considerando que muito pouco se conhece em relação a diversidade sexual existente na sociedade, portanto,

[...] o enraizamento do debate da diversidade sexual no MST, contribuindo para a superação dos limites que são encontrados nos assentamentos e acampamentos, sobretudo, no que diz respeito à fala de conhecimento sobre a homossexualidade, a bissexualidade e transexualidade, mas também à construção de novas relações, livres de opressão e exploração (LGBT Sem Terra, 2021, p. 119).

O coletivo LGBTs Sem Terra organizado, têm traçado uma nova história de luta e resistência desses sujeitos que vivem cotidianamente em busca não só do direito à terra, a liberdade e de uma sociedade igualitária e socialista. Suas ações visam lutar por “políticas públicas para a produção agrícola, e um conjunto de políticas sociais, como a saúde para a população LGBT no campo” (Ibid, p. 123). Também em prol da reforma agrária popular e, principalmente, pelo direito de viver e amar, fortalecendo o debate da diversidade sexual e de gênero.

Diante do atual contexto percebe-se que a luta pela terra sofreu um grande retrocesso, considerando centralmente o período do governo de Jair Messias Bolsonaro, bem como a pandemia. Sobre isto, Fernandes, Junior, Filho, Leite, Sodré e Pereira (2020, p. 340) dizem que 2019 foi o ano onde menos se realizou ocupação de terras no Brasil, apenas 43 foram feitas, o que afirma ser “o menor número desde 1990 durante o governo Collor que também se utilizou da criminalização das ocupações como forma de impedir a luta pela terra”. Ainda segundo os autores, “o governo Bolsonaro tem defendido o armamento da população e, principalmente, dos latifundiários”. Salientam também que “a violência contra a luta pela terra no Brasil tem ceifado dezenas de vidas todos os anos. O primeiro ano de governo que declaradamente defende a violência contra as ocupações teve um forte impacto na luta pela terra”.

Em se tratando das mulheres camponesas organizadas no MMC, a luta pela e na terra é cotidiana, considerando o avanço do agronegócio, o uso abusivo dos agrotóxicos, a questão climática, adversidades que impactam diretamente a produção das mulheres camponesas. São lutas que neste período de pandemia e isolamento social e produtivo no campo, tem-se reconfigurado, utilizando-se das redes sociais, enquanto meios de comunicação, seja para se manter conectadas enquanto processos de organização, bem como fazer as lutas por políticas públicas, por vacina, campanhas de solidariedade, entre outras, as quais trataremos mais a frente. De acordo com Barbosa, Medeiros, Cardoso,

Grande e Perin (2016, np), as “ações comunicacionais, impacta diretamente as dinâmicas e formas de mobilização dos movimentos sociais, já que este tipo de organização se constrói em grande medida por sua capacidade de construir redes de conhecimento, ação e comunicação”. Partindo desse entendimento, os autores afirmam ainda que, “[...] o atual comportamento virtual da população expande o campo de interesse e atuação dos movimentos sociais que, em diferentes espaços on-line, encontram modos próprios de promoverem suas reivindicações, gerando sintonia – interna e externa - além de adquirirem novas possibilidades de diálogo” (Ibid, np).

De acordo com Sobreiro Filho (2016, p.56) “a perspectiva analítica e reflexiva embasada nas redes compreende significativo potencial para pensarmos o processo de produção, consumo, organização e transformação não só societal, mas, sobretudo, espacial”. O que permite possíveis articulações com os demais conceitos da Geografia, podendo inclusive pensa-las a partir do conceito de território, espaço no qual as ações dos Movimentos sociais e populares vão sendo realizadas,

Tomando como objeto as relações de poder, Raffestin apresenta, além de uma importante contribuição sobre o conceito de território, uma relevante relação entre poder e as redes analisando a “estrutura tessituras-nós-redes... exteriorizada por um grupo” (1993, p. 151) na produção do território. Assim, as redes seriam instrumentos de veiculação, criação e manutenção das relações de poder, exercidas por sujeitos coletivos ou individuais, cujos desdobramentos se expressam em sistemas de malhas, nós e redes que se projetam de modo funcional e hierárquico no espaço como meio de assegurar e realizar as relações de poder em forma de território (SOBREIRO FILHO, 2016, p.57)

É neste contexto hegemônico do agronegócio no campo, no qual as relações são permeadas pelo poder e ao analisarmos a produção dos espaços e territórios na contemporaneidade “chegamos na compreensão de que os processos e fenômenos de luta e resistência se consistem como a principal locomotiva da transformação socioespacial para além dos modelos alicerçados no modo capitalista de produção”, Sobreiro Filho (2016, p. 80). A seguir pretende-se apresentar as ações que as mulheres no MMC e LGBTs no MST constroem, como formas de resistência e luta contra-hegemônicas.

Covid-19: camponesas do MMC e a construção de ações para a superação

Antes de iniciar a apresentação das ações construídas por esses dois movimentos, avalia-se compreender melhor o que são ações e como podemos tipificá-las. Fernandes et al. (2019, p. 6), afirmam que “as manifestações são ações”, que

compreendem: “acampamento, audiência pública, bloqueio, caminhada, concentração em espaço público e ou privado, greve, greve de fome, marcha, entre outros”, quando separados por temáticas compreende-se “manifestações a partir das pautas dos movimentos, por exemplo, jornadas nacionais e internacionais de lutas, documentos, datas comemorativas, atos religiosos e políticos, encontros e feiras, sendo estes espaços de diálogo e continuidade das lutas”. Podem ser organizadas em duas formas: as ações e as ações temáticas, “o critério que usamos para distinguir as ações temáticas é porque fazem parte de uma agenda periódica dos movimentos, enquanto as outras ações não têm uma regularidade programática”, Fernandes et al. (2019, p. 6).

Essa compreensão nos parece importante para olharmos as ações construídas pelos Movimentos aqui mencionados, em especial, as formas de se manifestar. Entretanto, a organização da luta por direitos foi reinventada com a pandemia. Percebe-se, por exemplo, que as redes sociais ganharam um papel fundamental, e o formato virtual possibilitou a construção de inúmeras ações, sejam elas de reivindicações e lutas por políticas públicas, bem como de formação e solidariedade, através de encontros, seminários, reuniões e contatos individuais com as camponesas, jovens e LBTs⁵.

Desde o Golpe de 2016 no Brasil, as camponesas já vinham acompanhando e denunciando o desmonte de inúmeras políticas públicas e direitos que foram conquistados pela classe trabalhadora. Essa situação foi duramente agravada com a pandemia, em 2020, na qual a negação da ciência, a busca desenfreada pelo lucro, a economia acima da vida do povo e a irresponsabilidade do Presidente Jair Messias Bolsonaro levaram à morte milhares de brasileiras e brasileiros. As mulheres do MMC reinventaram sua forma de organização, com mística de cuidado e defesa da vida, por isso, desde o surgimento da pandemia, o Movimento deliberou e reafirmou como central a saúde e a vida das pessoas, o que fica evidente no Manifesto lançado pelas camponesas no dia 25 de março de 2020:

Nós, camponesas do Brasil, organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), manifestamos nossa profunda preocupação com o resultado nefasto de passar por uma pandemia como a do coronavírus Covid-19 tendo no governo um IRRESPONSÁVEL que NÃO TEM RESPEITO PELA VIDA do povo trabalhador. Em momentos assim fica mais evidente que a sociedade capitalista, que tem por meta o lucro para alguns, não é capaz de construir respostas que garantam ao povo segurança, saúde e bem estar. Acompanhamos diariamente a preocupação do governo Bolsonaro, dos mais

⁵ A sigla representa a diversidade sexual de um Movimento autônomo de mulheres.

ricos do país e de parte da mídia sobre como ficarão a economia e as empresas após a pandemia. Para nós, a preocupação central é garantir medidas que salvem a vida das pessoas e é nesse sentido que o Governo Federal e todos os Estados deveriam colocar seus esforços e atuar. Depois, junto com o povo, pensar formas de reorganizar a economia, (MANIFESTO MMC, 2020, disponível em: <https://www.facebook.com/290800021041038/posts/2800169333437415/>, acesso, 17 de fevereiro de 2022).

Entendem a importância do isolamento social para barrar o avanço da contaminação pela COVID-19, tornando-o um isolamento produtivo, intensificando a produção de alimentos. Conforme o Manifesto supracitado: “no campo, nas florestas e nas águas onde existe campesinato neste país, estamos buscando formas de continuar produzindo alimentos saudáveis que permitam ao rural e à cidade enfrentar a crise, combatendo a volta da fome que já está tão ampla no Brasil”. A imagem abaixo acompanhou o Manifesto das camponesas nas redes sociais, trazendo a mensagem da defesa da vida do povo.

Imagem 1: Card que acompanhou o Manifesto do Movimento de Mulheres Camponesas.



Fonte: @mmcnacional - <https://www.facebook.com/page/290800021041038/search/?q=manifesto>

Neste contexto:

As redes sociais foram se tornando instrumentos de comunicação, formação e articulação. Nos deparamos com algumas dificuldades, citamos aqui a falta de internet com qualidade no campo, a falta de aparelhos celulares ou computadores para esta forma de comunicação, a dificuldade das mulheres camponesas em lidarem com as tecnologias, a falta de espaço adequado para a participação virtual no ambiente familiar, entre outras (CIMA, MOLINARI, 2022, p. 132).

As autoras afirmam ainda que “assumir a militância a partir do espaço da casa, desafiando-se a apropriar-se das tecnologias foi em tempos de pandemia outro campo de

luta que exigiu organização distribuição dos trabalhos domésticos, do tempo, acesso ao aparelho de celular” (p. 132). Através da inserção militante no MMC foi possível contribuir para que as camponesas pudessem aprender a usar o celular, baixar aplicativos de vídeo-conferências e acessar as atividades virtuais organizadas pelo Movimento.

Outro desafio é não descuidar da luta em defesa do SUS, com a garantia de vacina para toda população, bem como de fazer permanentemente a denúncia da prática negacionista e genocida adotada pelo governo federal. Afirmam que “precisamos que o Estado crie políticas públicas para produzir e abastecer as cidades com alimentos saudáveis” (p. 133).

Nós, camponesas, que produzimos alimentos saudáveis e diversificados, sempre no cuidado com a natureza, e historicamente pautadas pelo direito à VIDA DIGNA de nosso povo, manifestamos nossa intensa preocupação com a população do interior do país, onde os hospitais e o sistema de saúde já apresentavam fragilidades devido à Emenda Constitucional da Morte, a Emenda 95, que congelou em 20 anos os investimentos em saúde, educação e assistência, (MANIFESTO MMC, 2020, disponível em: <https://www.facebook.com/290800021041038/posts/2800169333437415/>, acesso, 17 de fevereiro de 2022).

Em suas ações, foram denunciadas as atrocidades e as negligências do Governo Brasileiro, o aumento da violência sofrida pelas mulheres e reivindicadas medidas urgentes para que o povo do campo e da cidade pudesse permanecer em isolamento com condições mínimas de sobrevivência. Começa, então, uma intensa luta pelo auxílio emergencial e o PL 735/2020⁶ que,

prevê pagamento de abono emergencial a agricultores e agricultoras familiares que não estejam recebendo o auxílio emergencial; fomento emergencial para apoio à inclusão produtiva, inclusive a destinação dos recursos para a construção de cisternas ou outras tecnologias de acesso à água; liberação de crédito para a produção; promoção do abastecimento emergencial de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da aquisição e distribuição de produtos da agricultura familiar (PAE-AF). Em todas essas medidas, as mulheres agricultoras familiares têm condições especiais. Também prevê medidas para renegociação, suspensão e quitação de dívidas rurais, e concessão automática do benefício Garantia Safra a agricultores e agricultoras aptos, (MMC, 2020, disponível em <https://www.facebook.com/290800021041038/posts/3048467178607628/>, acesso, 17 de fevereiro de 2022).

⁶ Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19; altera as Leis nºs 13.340, de 28 de setembro de 2016, e 13.606, de 9 de janeiro de 2018; e dá outras providências (Lei Assis Carvalho). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2239605>. Acesso em 07 de março de 2022.

Uma das palavras de ordem nas mídias sociais foi #AprovaPL735ProBrasilNãoPassarFome. Importante salientar que o referido PL foi aprovado no Congresso Nacional com muita luta e pressão, feita pelas organizações da agricultura camponesa no final de 2020, mas vetado pelo Presidente da República, o que colocou as camponesas em luta pela derrubada dos vetos. A imagem abaixo traz presente a contribuição das jovens na luta.

Imagem 2: Jovens participando da luta.



Fonte: @mmcnacional

<https://www.facebook.com/mmcnacional/photos/a.290804231040617/3347056115415398>.

Porém, as camponesas, juntamente com as organizações da agricultura camponesa e parlamentares de esquerda, retomaram em 2021 a luta e construíram um novo projeto, o PL 823/2021⁷, aprovado pelo Congresso Nacional e vetado mais uma vez pelo Presidente Jair Bolsonaro. Contudo, com muita articulação, no final de 2021, o Congresso derrubou os Vetos, fato muito comemorado pelas camponesas.

Fechamos o ano de 2021 com uma conquista muito importante. No dia 17 de dezembro de 2021, o Congresso Nacional derrubou o veto 51 do presidente Jair Bolsonaro e o Projeto de Lei (PL) 823/2021 finalmente pode virar a Lei Assis de Carvalho II. Uma grande vitória dos povos do campo, das águas e das florestas! Uma vitória com sabor de comida de verdade, de agroecologia e saúde. Os recursos são para produzir alimentos para o povo brasileiro que enfrenta a fome e graves violações de direitos, (MMC, 2021, disponível em: <https://www.facebook.com/290800021041038/posts/4604360896351574/>, acesso 17 de fevereiro de 2022).

⁷ Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19; altera as Leis n.ºs 13.340, de 28 de setembro de 2016, e 13.606, de 9 de janeiro de 2018; e dá outras providências (Lei Assis Carvalho II). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2273510>. Acesso em 07 de março de 2022.

Uma das ações que também ganhou vida e foi profundamente fortalecida nesse período de pandemia foi a solidariedade entre as mulheres e a classe trabalhadora:

Nesse mesmo tempo, articulamos diferentes formas de manifestar nossa solidariedade com as pessoas mais necessitadas, formamos grupo de trabalho confeccionando máscaras, fitoterápicos e homeopatia para aumentar a imunidade também para doação, fizemos sabão caseiro para higienização, coleta de alimentos, sementes, enfim, dizer que reinventamos outros campos de luta, os quais foram gratificantes, (CIMA, MOLINARI, 2022, p. 134.).

Além das ações já mencionadas, a Campanha Nacional Sementes de Resistência, lançada no 08 de março de 2020, seguiu sendo inspiração de luta e fortalecimento do projeto popular de agricultura camponesa, em que as camponesas construíram vídeos para socializar as experiências de produção e seleção de sementes⁸. As datas históricas de luta do MMC também foram marcadas por jornadas nacionais e internacionais em formato virtual no ano de 2020 e algumas ações presenciais e virtuais em 2021. Destacamos entre elas, o 08 de março - Dia internacional de luta das mulheres trabalhadoras em 2021, com o ato virtual *Mulheres na luta pela Vida! Fora Bolsonaro, vacina para toda a população e auxílio emergencial já!*⁹, o 07 de setembro - dia do Grito dos excluídos e excluídas, com ações do *Fora Bolsonaro por um Brasil soberano, sem fome, sem miséria, com vacina para todes e com real democracia*¹⁰ e doações de alimentos. O 16 de outubro - dia Mundial da alimentação em 2020 com uma jornada virtual organizada pelo MMC de 11 a 17 de outubro de 2020¹¹ e um ato político contra a fome, juntamente com a Via Campesina, *Por mais comida saudável e renda para o*

⁸ MOVIMENTO, de Mulheres Camponesas – MMC @mmcnacional. Sementes de Resistência: Camponesas semeando esperança, tecendo transformação. Disponível em: <https://fb.watch/bvFGWQficO/>. Acesso 27 de fevereiro de 2022.

⁹ Ibid., Ato Político virtual, 08 de março. Disponível em: <https://fb.watch/bvGxFHCU4T/>. Acesso 27 de fevereiro de 2022.

¹⁰ Ibid., #7SForaBolsonaro. Disponível em: <https://www.facebook.com/290800021041038/posts/4259469854174015/>. Acesso 27 de fevereiro de 2022.

¹¹ Ibid., Jornada de luta de 11 a 17 de outubro pela soberania alimentar. Disponível em: <https://www.facebook.com/mmcnacional/posts/4506057692848562>. Acesso em 27 de fevereiro de 2022.

*povo se alimentar*¹² em 2021 com a denúncia da APROSOJA¹³ (Associação dos Produtores de Soja e Milho no Estado do Mato Grosso) e doações de alimentos¹⁴.

Imagem 3: Doação de Alimentos na Jornada do 16 de outubro de 2021.



Fonte: @mmcnacional

<https://www.facebook.com/mmcnacional/posts/4376465269141139>

O 25 de novembro com jornadas virtuais de denúncia das diversas formas de violência sofrida pelas mulheres em 2020 através da *Jornada de lutas das camponesas no enfrentamento ao racismo e à violência contra as mulheres*¹⁵ e em 2021 com o tema: *Na sociedade que a gente quer, basta de violência contra a mulher*¹⁶, o 04 de dezembro de 2021 com o tema: *Bolsonaro nunca mais pela vida das mulheres*¹⁷. Diante de tanto descaso e sofrimento, o 04 de dezembro de 2021 foi marcado por inúmeras ações em todo o Brasil pelas mulheres trabalhadoras “Bolsonaro é o presidente mais machista da história do Brasil que se orgulha de ameaçar as mulheres! É por isso que as mulheres

¹² Ibid., Ato Nacional contra a fome: por mais comida saudável e renda para o povo se alimentar. Disponível em: <https://fb.watch/bvELQjqM5b/>. Acesso em 27 de fevereiro de 2022.

¹³ Ibid., Via Campesina ocupa APROSOJA. Disponível em: <https://www.facebook.com/290800021041038/posts/4374884942632505/>. Acesso em 27 de fevereiro de 2022.

¹⁴ Ibid., Jornada da soberania alimentar contra o agronegócio para o Brasil não passar fome. Disponível em: <https://www.facebook.com/290800021041038/posts/4376465269141139/> Acesso em 27 de fevereiro de 2022.

¹⁵ Ibid., Jornada de luta das camponesas no enfrentamento ao racismo e à violência contra as mulheres. Disponível em: <https://www.facebook.com/290800021041038/posts/3458114300976245/>. Acesso em 27 de fevereiro de 2022.

¹⁶ Via Campesina Brasil @ViaCampesinaBR. Disponível em: <https://www.facebook.com/119496379902525/posts/426660832519410/> Acesso em 27 de fevereiro de 2022.

¹⁷ Ibid., Por que ir nas ruas nesse #4D? Disponível em: <https://fb.watch/bvDZgR149y/>. Acesso em 28 de fevereiro de 2022.

estarão nas ruas de todo o país no próximo dia 4 de dezembro. #4DBolsonaroNuncaMais #4DEleNão”.

A formação a nível nacional e estadual têm sido presentes no MMC, e destacam-se os Diálogos Pedagógicos a partir do Feminismo Camponês Popular que teve a aula inaugural em 27 de fevereiro de 2021, reunindo mais de 200 mulheres¹⁸. O evento seguiu sendo realizado sempre no último sábado de cada mês, e além desse, muitas camponesas participaram de processos formativos internos ao MMC, bem como organizados juntamente com a Via Campesina, MST, MPA, entre outros. Abaixo organizamos um quadro para ilustrar as ações realizadas pelo MMC.

Quadro 1 – Ações realizadas pelo MMC nos anos de 2020 e 2021.

Ano	Atividades Realizadas
2020	Manifesto A vida do povo em primeiro lugar lançado pelas camponesas no dia 25 de março de 2020
	Luta pelo PL 735/2020. Durante todo ano
	Ações de solidariedade com doações de alimentos, máscaras, produtos de higiene e limpeza, durante todo o ano.
	Jornada virtual Pela Soberania Alimentar. 11 a 17 de outubro de 2020, organizada pelo MMC.
	Participação em Ato nacional contra a fome por mais comida saudável e renda para o povo se alimentar. 16 de outubro Organizado pela Via Campesina.
	Jornada virtual de luta das camponesas no enfrentamento ao racismo e a violência contra a mulher. 20 a 25 de novembro, organizada pelo MMC
	Formações, seminários, cursos virtuais organizados pelo MMC, MST, MPA, Via Campesina, durante todo o ano.
2021	Ato Político Virtual – na Jornada de lutas do 08 de março – dia internacional de luta e resistência das mulheres trabalhadoras. Organizado pelo MMC, Via Campesina, organizações feministas, sindicais do campo e da cidade e partidos políticos. 08 de março de 2021.
	Luta pelo PL 823/2021. Durante todo o ano.
	Ações de solidariedade com doações de alimentos, máscaras, produtos de higiene e limpeza. Durante todo ano. Organizadas pelo MMC e juntamente com outras organizações
	Ações de rua para denunciar o governo Bolsonaro, defesa da vacina, do SUS. Durante todo o ano. Organizadas pelo MMC e demais organizações, movimentos populares, sindicais e partidos políticos.
	Grito das excluídas e excluídos na jornada do 07 de setembro, com ações de denúncia, defesa da democracia e doações de alimentos. Organizado pelo MMC e demais organizações, movimentos populares, sindicais e partidos políticos.
	Denúncia da APROSOJA e ações de solidariedade na jornada do 16 de outubro dia Mundial da Alimentação saudável. Via Campesina
	Jornada nacional e internacional de enfrentamento ao racismo e a violência contra as mulheres de 20 a 25 de novembro, com ações virtuais e de rua. Organizada pelo MMC, Via Campesina, organizações populares do campo e da cidade.
Atos de rua por Bolsonaro Nunca Mais. No dia 04 de dezembro. Organizado pelo MMC, Via Campesina, organizações feministas do campo e da cidade, partidos políticos e sindicatos.	

Fonte: organizado pela pesquisadora

¹⁸ MOVIMENTO, de Mulheres Camponesas – MMC @mmcnacional. DIÁLOGOS PEDAGÓGICOS A PARTIR DO FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR. Disponível em: <https://fb.watch/bvGSzGQ12y/>. Acesso 28 de fevereiro de 2022.

Percebe-se que diante do exposto, apesar do período de pandemia, as mulheres camponesas se mantiveram firmes, fortalecendo o tripé de organização, formação e lutas, somada a prática de uma comunicação feminista, camponesa e popular. A seguir este ensaio apresenta como as LGBTs Sem Terra construíram suas ações nestes dois anos de pandemia.

LGBTs Sem Terra no enfrentamento à COVID-19

CONCENTRAÇÃO DE DIREITOS

*“(Aos que acreditam no que constroem):
Necessitamos de um tempo que plante ideias e que pratique ações transformadoras. Que desmonte as ordens de quem escraviza. Que provoque desejos desmedidos. Que humanamente eduque as gerações. Não aceitamos mais, as diferenças faces da mesma dor, a morte da sensibilidade, a concentração de direitos, o não tempo para o amor. A prisão da liberdade”
(Diva Lopes).*

A pandemia da COVID-19 foi responsável por milhões de vidas perdidas, o que nos dias atuais, ou seja, em 2022, infelizmente não mudou. No Brasil, muitas pessoas dos campos e das cidades continuam a perder suas vidas.

Para piorar a situação brasileira em todos os sentidos, principalmente no que se refere às políticas públicas, o então presidente Jair Messias Bolsonaro e seu governo fascista, patriarcal e capitalista, mesmo com a gravidade da COVID-19 e as milhares de vidas perdidas, chamou o referido vírus de "gripezinha", não respeitando a dor de milhares de famílias e contra as orientações da OMS. Neste sentido, Nogueira (2020) diz que a eleição do referido presidente, “inaugurou um ciclo mais regressivo para a classe trabalhadora brasileira e as organizações políticas progressivas, que passaram a ser, cada vez mais, alvo de ataques” (NOGUEIRA, 2020, p. 157).

Ainda, de acordo com o autor,

O clima de recusa aos movimentos sociais, partidos políticos de esquerda, organizações não governamentais etc. não é algo isolado e tem se generalizado num clima bastante hostil, em especial, para grupos sociais que se encontram mais vulneráveis às violências simbólicas e físicas e que, durante o ciclo neodesenvolvimentista, não logrou conquistas efetivas de Estado” (Ibid, p. 157).

Diante de tal situação e do isolamento social, como forma de sobrevivência, independente de orientação sexual, o MST, um movimento que desde sua criação tem

objetivos que vão além da reforma agrária, passou a se organizar e realizar ações solidárias, em prol da vida no campo e na cidade. Isso porque, em sua organização

o MST foi aprendendo que a luta pela terra é muito mais que sua expressão literal. Nela está contida a organização da vida em suas diversas dimensões. É a partir dessa compreensão que se estruturam os setores e coletivos dentro do Movimento: educação, formação, saúde, produção, frente de massa, gênero, cultura, comunicação, relações internacionais e juventude (MARIANO e PAZ, 2018, p. 291).

Corroborando com o debate, Vinha, Rossi, Silva e Lopes (2021, p. 297) afirmam que, as referidas ações “sinalizam para a construção da reforma agrária popular que ultrapassa os limites do campo, reconhecendo a importância de convencer a cidade da importância desse projeto, que prevê a soberania alimentar e o acesso a alimentos por meio de circuitos curtos”.

Assim o MST passou a realizar ações como: Café e almoço solidários para pessoas em situação de rua, distribuição de cestas básicas nas periferias das capitais e cidades do interior dos estados em combate a fome. Só o Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com dados repassados pelo Movimento, “foram doadas pelo menos 365 toneladas de alimentos para pessoas em vulnerabilidade social nas cidades entre março de 2020 e abril de 2021” (VINHA, ROSSI, SILVA e LOPES, 2021).

Também foram realizadas campanhas como: “Campanha Nacional de Doação de Alimentos” voltadas para às comunidades periféricas das grandes cidades; “Plantar Árvores e Produzir Alimentos Saudáveis”, ainda em desenvolvimento nos dias atuais e cujo objetivo é plantar 100 milhões árvores em dez anos em prol do meio ambiente¹⁹; “Natal Sem Fome, Movimento Sem Terra Cultivando Solidariedade²⁰”; “Povo vivo, Floresta em pé, Fora Bolsonaro”, participação de campanha em defesa dos SUS, entre outras. As referidas ações são desenvolvidas pela militância inserida nos setores e coletivos do Movimento, e os, LGBTs Sem Terra, enquanto coletivo, somaram-se nestas atividades, pois vivenciam e conhecem a gravidade na qual o país se encontra, e entendem que precisam se indignar contra todas as formas de opressão. As imagens representam algumas ações mencionadas acima.

¹⁹ Vale registrar que só em 2021 plantamos cerca de 2 milhões em todo Brasil, campanha contra violência e a favor da vacina contra a COVID-19, Fora Bolsonaro, entre outras.

²⁰ De acordo com dados do MST, a campanha desde 2020 já doou mais de 5 mil toneladas de alimentos saudáveis e distribuíram cerca de 1 milhão de marmitas para pessoas em situação de rua e das periferias das grandes cidades.

Imagens 4 e 5: Ações de solidariedade e defesa das Florestas.



Fonte: Arquivo do MST disponível em: <https://mst.org.br/conteudo/galerias-de-imagens/>.

Já diz a palavra de ordem “Se calarmos, as pedras gritarão”, e nessa lógica, “não se constrói resistência LGBT ignorando as disputas por projetos societários que se apresentam na conjuntura atual”. É preciso considerar, também, que se vive numa sociedade onde as “mulheres, LGBT e negros e negras convivem diurnamente com a negação dos seus direitos e da sua própria existência” (NOGUEIRA, 2020, p. 157-158).

estamos atravessando um período de crise do capital, que nos impõe enfrentar além do modelo econômico, altamente concentrador de riqueza, sobrevivermos a uma pandemia da COVID-19, mas também enfrentar os ataques e retrocessos do governo nefasto de Bolsonaro, que trouxe situações complexas para a classe trabalhadora em geral, mas em relação à população LGBT, identificamos o aumento da violência LGBTfóbicas, dificuldades de acesso ao trabalho, o adoecimento mental, depressão e suicídios (BALANÇO E PROJEÇÕES DO COLETIVO NACIONAL LGBT DO MST, 2020 e 2021).

Nogueira (2020) afirma que “num cenário de crise econômica, a classe trabalhadora é duramente atingida com a retirada de direitos básicos, com a redução da ação do Estado frente à proteção social e com o desemprego” (NOGUEIRA, 2020, p. 151). Entretanto, é nessas condições que deve-se lutar, reivindicando direitos de acesso a políticas públicas, de viver e resistir, pois “a resistência da classe trabalhadora se coloca como única alternativa aos disparates do conluio golpista, neoliberal e fundamentalista”. O autor diz ainda que, “mais do que nunca é necessário que os sujeitos LGBT se conscientizem e se organizem para reconstruir sua própria existência...” (Ibid, p. 157).

Para além da participação das LGBTs nas ações gerais do MST, também foram realizadas as ações específicas do Coletivo. A pandemia mudou completamente a vida e a rotina, e como forma de sobrevivência e de dar continuidade às tarefas enquanto

militantes, foi preciso da mesma forma que no MMC, reconfigurar-se ao novo modelo de vida virtual, pois “nesse período o principal desafio foi manter a organicidade em movimento, cuidar da militância e priorizar as ações de solidariedade” (Balanço e Projeções de 2020 e 2021 do Coletivo Nacional LGBT do MST).

Neste sentido, ainda de acordo com o Balanço e Projeções do Coletivo LGBT Sem Terra, nos anos acima citados, dentre outras atividades desenvolvidas, destacamos a participação do coletivo nas ações do MST, o quadro abaixo apresentará um breve resumo das mesmas.

Quadro 2 – Ações realizadas pelo Coletivo LGBTs nos anos de 2020 e 2021.

Ano	Atividades Realizadas
2020	A participação na campanha “Mulheres contra os Vírus e as Violências, com a elaboração de materiais com conteúdos específicos contra a LGBTfobia e transfobia como: cards, spots e cartilha.
	Ciclo de Estudo Virtual: Diversidade sexual, de gênero e Reforma Agrária Popular de setembro a novembro de 2020. Com a participação de 100 LGBT na plataforma do zoom, com 7 encontros e diversos temas relacionado a conjuntura política, mas também a relação com a Reforma Agrária Popular.
2021	Curso de formação Tecendo Teias Coloridas de Segurança Digital e Saúde Mental das LGBTs do MST, na data de 25 a 27 de fevereiro de 2021, com a participação que variou entre 40 a 70 LGBTs de vários estados
	Rede de autocuidado das LGBTs do MST: Realizamos as seguintes ações: a) articulamos um conjunto de 12 profissionais em saúde mental (psicólogos e psicanalistas), para acompanhar este trabalho; b) organizou atendimento/ sessões individuais para 10 LGBTs que necessitam de acompanhamento; c) realização de 8 sessões de autocuidado quinzenalmente nas quartas a noite, com a participação de 40 a 20 LGBTs de vários estados.
	Campanha Chamada Pela vida, vacina e trabalho: a) Marcha Virtual no dia 17 de maio com cartazes contra LGBTfobia...
	Participação na construção do Seminário Nacional Reforma Agrária Popular e novas relações humanas: construindo territórios livres de violência, [...] Construção com outros setores e coletivos nacionais que contou com cerca de 170 - 200 participantes.

Quadro 2 – Ações do Coletivo LGBT Sem Terra²¹.

Para além dessas ações e das LGBTs participarem nas brigadas organizadas pelo MST de agentes populares de saúde e doação de sangue, o coletivo também realizou sua própria campanha de doação de sangue, graças ao decreto do Supremo Tribunal Federal e sua ação, que derrubou a restrição que impedia os sujeitos LGBTQIA+ de doar sangue. A referida campanha possibilitou que vários (as) LGBTs Sem Terras, usando seus símbolos de lutas em alguns estados, doassem sangue, momento de grande importância. A doação de sangue LGBT sempre sofreu amplas sanções e proibições, as

²¹ Fonte: Coletivo LGBT Sem Terra, 2021 e 2022.

quais estão ligadas à imagem depreciativa de promiscuidade e prostituição que estes sujeitos foram historicamente entendidos no Brasil.

Imagem 6: Campanha de Doação de Sangue.



Foto: Júlio Cesar, LGBT do MST do Mato Grosso.

Entretanto, como já exposto, as LGBTs também participaram em atividades organizadas pelos demais setores do MST, mas no Movimento ainda “permanece o desafio de maior atuação em alguns setores estratégicos como produção e frente de massas”, de acordo com o Balanço e Projeções do Coletivo em 2020 e 2021. As LGBTs do campo e militantes do MST precisam ocupar os espaços, somando, cada vez mais, no processo de luta por reforma agrária popular e vida digna e justa no campo. Enquanto sujeitos políticos acreditam que

se o campo produz vida, nele devemos zelar e cuidar de todas as dimensões que a circulam. Para que as LGBTs possam se reconhecer neste território, entendendo que o campo não é somente um local para produção de alimentos, mas é, também, o seu lugar para viver, para construir formas livres de ser relacionar afetiva e sexualmente” (LGBT Sem Terra, 2021, p. 123).

Desde sua consolidação, o Coletivo tem realizado cursos de formação política e ideológica para as LGBTs dos assentamentos e acampamentos da reforma agrária organizados pelos MST. Na luta de classes, “apenas com o enfrentamento desses entraves históricos poderemos vislumbrar uma sociedade justa e igualitária, na qual não haja nenhuma forma de arbítrio e opressão em decorrência da raça/etnia, da orientação sexual e da identidade de gênero” (NOGUEIRA, 2020, p. 167). Com o isolamento social devido a pandemia da COVID-19, assim como as reuniões, os cursos também passaram a ser realizados virtualmente, bem como muitas das ações aqui já mencionadas.

Vale ressaltar que com esse “novo normal”, como muitos estão se referindo à realidade na qual estamos vivendo, em que o virtual se tornou uma nova forma de “vida

que segue”, também encontrou-se algumas dificuldades no que diz respeito ao desenvolvimento de algumas ações, que necessitam de acesso à internet. Como as LGBTs vivem nos assentamentos e acampamentos, ou seja, são sujeitos que vivem no e do campo, muitos não têm acesso a um sinal de celular e, quando tem, não tem acesso a uma internet de qualidade, o que traz dificuldades para a participação nas formações, entre outras atividades *online*. Contudo, planejaram e buscaram meios para que as LGBTs participassem das atividades para além das específicas do coletivo, mas também do MST como todo. Entretanto, podemos destacar que as campanhas e ações solidárias acima citadas, realizadas em 2020 e 2021 tanto pelo MST, como pelo MMC, assim como de outros movimentos socioterritoriais que buscam em suas lutas a transformação social no Brasil, foram de suma importância no enfrentamento a atual crise econômica, social, ambiental e sanitária na qual o país está vivendo. As referidas ações de solidariedade proporcionam um refúgio “emergencial à classe trabalhadora em meio à situação de crise, acentuada pelo desgoverno e pandemia, e que em sua prática afirmam que o aumento da fome e das desigualdades sociais só poderão ser combatidas com políticas públicas, a exemplo da Reforma Agrária Popular” (MST, 2022).

Portanto, vale ressaltar que diante da conjuntura ainda existente, no que diz respeito a pandemia da COVID-19, a crise econômica, o desgoverno do então presidente da república e a negação de políticas públicas para a classe trabalhadora, principalmente para homens, mulheres e LGBTs do campo tem deixado milhões de pessoas em situação de miséria e de vulnerabilidade. São vítimas do preconceito, do racismo e de toda forma de violência advinda desse sistema patriarcal e capitalista. Sabendo da importância da luta de classe, as LGBTs do MST, assim como o MMC continuam conspirando contra a classe dominante e seu governo genocida à favor da Reforma Agrária Popular e do Feminismo Camponês Popular.

Considerações finais

No decorrer dessa análise, deparou-se o quanto as camponesas foram construindo estratégias para enfrentar os desafios impostos pela pandemia. Mesmo sem dominar as tecnologias, tanto no MMC, quanto no MST se reinventaram, aprenderam, construíram a articulação com as demais organizações da classe trabalhadora e de partidos da esquerda, somando-se a atos nacionais e internacionais de lutas. As ações

foram as mais diversas possíveis, desde o envio de fotos e vídeos feitas pelas camponesas em seus quintais produtivos, bem como jornadas virtuais e presenciais. As conquistas para as camponesas sempre foram fruto de muita luta, as mesmas seguem firmes na construção do Feminismo Camponês Popular e de um projeto de sociedade para o campo e a cidade que visa a igualdade, a justiça e a dignidade, bem como a construção de novas relações de gênero entre os seres humanos, bem com a natureza.

No que se refere ao coletivo LGBT Sem Terra, observa-se que ao longo dos anos, esse público em busca de espaços onde possam ter vez e voz, assim como ter seu reconhecimento enquanto sujeitos políticos, militantes apoiadores das causas sociais, tem travado diversas lutas. Aos poucos, vem rompem as cercas da ignorância, do preconceito, do ódio, da ocultação dos direitos, entre outras formas que o sistema capitalista e patriarcal usa como artimanhas e cujo objetivo é a exploração do homem e da mulher do campo.

Observa-se também que todo contexto histórico de lutas das LGBTs, de modo geral, é constituído de grandes desafios, e no MST não tinha como ser diferente, os mesmos triplicaram em 2020 e 2021 com a pandemia da COVID-19. Entretanto, para driblar as barreiras que são impostas pelo capitalismo, patriarcado, racismo, assim como no Movimento, as LGBTs Sem Terra vêm tecendo estratégias e desenvolvendo ações como forma de enfrentamento à violência contra mulheres e LGBTs do campo e a favor da vida. São ações de participação na campanha “Mulheres contra os Vírus e as Violências” e a “Chamada Pela vida, vacina e trabalho”, dentre outras que vão contra a violência que fere a integridade física e mental da mulher, o feminicídio e a LGBTfobia como já exposto acima. Percebe-se que diante do exposto, a luta dos sujeitos que compõe esses dois movimentos se entrelaça, através das ações de solidariedade, luta por direitos, políticas públicas, de enfrentamento e denúncia contra o Governo Jair Bolsonaro e sua prática negacionista e genocida, na luta por emancipação, enfrentamento a todas as formas de violência, discriminação e opressão.

Assim, “os movimentos socioterritoriais, por meio de suas ações, práticas e projetos, mobilizam e organizam estratégias de luta e resistência pelo e no território, e pleiteiam condições dignas e justas para a população camponesa e para a classe trabalhadora” (VINHA, ROSSI, SILVA e LOPES, 2021, p. 279). Portanto, pode-se dizer que as lutas pela terra e ou ações solidárias promovidas pelo MMC e MST, sejam elas virtuais ou não, constituem a política de Reforma Agrária Popular, considerando

que este projeto visa além da terra, mas também, políticas públicas e soberania alimentar para o campo e cidade, contrapondo à lógica do sistema capitalista de produção. Pois, segundo autores, as referidas ações dos movimentos socioterritoriais, “compõem uma agenda mais ampla de lutas que aproximam campo e cidade em torno da pauta da reforma agrária, considerada um elemento central que marca a atualidade da questão agrária brasileira” (p. 299). Já diz a palavra de ordem, “*Se o campo não roça, a cidade não almoça, se o campo não planta, a cidade não janta!*”.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Gabriel F. Duarte; MEDEIROS, André Aparecido; CARDOSO, Yasmin Ribeiro Gatto; GRANDE, Elizabeth Rossi de; PERIN, Laiara. **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nas Redes Sociais On-Line: Identidade E Representação**. 2016. Disponível em: http://abciber.org.br/anaisletronicos/wp-content/uploads/2016/trabalhos/o_movimento_dos_trabalhadores_rurais_sem_terra__mst__nas_redes_sociais_online_identidade_e_representacao_gabriel_ferreira_duarte_barbosa.pdf. Acesso em 08 de junho de 2022.

CIMA, J. I., MOLINARI, M. **Resistências: por mãos de mulheres camponesas**. Organizadoras: COLLET, Zenaide, TABORDA, Noeli Welter, CIMA, Justina Inês, GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth e KREFTA, Noemi Margarida. 1ª edição – Chapecó, SC: Associação Estadual de Mulheres Camponesas de Santa Catarina AEMC-SC, 2022. Seberi, RS: Oficina de Criatividade, 2022.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

FERNANDES, Bernardo Mançano; JUNIOR, João Cleps; FILHO, José Sobreiro; LEITE, Acácio Zuniga; SODRÉ, Ronaldo Barros; PEREIRA, Lorena Izá. A QUESTÃO AGRÁRIA NO GOVERNO BOLSONARO: PÓS-FASCISMO E RESISTÊNCIA. **Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê Temático “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”**, n. 42, v. 4, p. 333-362, dez, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/347506748>. Acesso em 08 de junho de 2022. GADELHA, R. R. História e Lutas da Territorialização do Movimento de Mulheres Camponesas de Minas Gerais. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 158-184, Dossiê I ELAMSS, 2021.

LGBT Sem Terra: rompendo cercas e tecendo a liberdade / (Org.) Alessandro Santos Mariano; Thaís Terezinha Paz. – São Paulo, 2021.

MARIANO, Alessandro; PAZ, Thaís Terezinha. Diversidade Sexual e de Gênero no MST: primeiros passos na luta pela liberdade sexual. In. **HASTEEMOS A BANDEIRA COLORIDA: diversidade sexual e de gênero no Brasil.** / (Org.) Leonardo Nogueira; Erivan Hilário; Thaís Terezinha Paz; Kátia Marro. – 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MST. BALANÇO E PROJEÇÕES DO COLETIVO NACIONAL LGBT DO MST. Relatório: 2020-2021.

MST. MST ultrapassa 6 mil toneladas de alimentos doados durante a pandemia. Por Lays Furtado. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/01/14/mst-ultrapassa-6-mil-toneladas-de-alimentos-doados-durante-a-pandemia/>. Acesso: 06/03/2022.

NOGUEIRA, Leonardo. **O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais** / Leonardo Nogueira, Maysa Pereira, Rafael Toitio. --1. ed.—São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

SOBREIRO FILHO, José. S661c **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentious politics : produção do espaço, redes e lógicaracionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina** / José Sobreiro Filho. - Presidente Prudente: [s.n.], 2016 440 f. : il.

TABORDA, Noeli Welter et., al.. Território: um olhar a partir das mulheres do movimento de mulheres camponesas. **Anais do XIV ENANPEGE...** Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78105>>. Acesso em: 28/02/2022 14:19

VINHA, J.F.S.C. **Território (i)material e Geografia Agrária:** paradigmas em questão. Revista Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária -NERA. São Paulo, Presidente Prudente, ano 16, nº. 23, pp. 27-42 – julho/dezembro de 2013 – ISSN: 1806-6755

VINHA, J.F.S.C; ROSSI, Rinaldo de Castilho; SILVA, Rafael Santos; LOPES, João Paulo de Almeida. Reinventando as lutas na pandemia de covid-19: movimentos socioterritoriais e a construção da soberania alimentar no Brasil. In. **Geografia e Covid-19 [recurso eletrônico]: reflexões e análises sobre a pandemia** / Organizadores: Daniel Bruno Vasconcelos ... [et. al.]. -- São Paulo: FFLCH/USP, 2021. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/731/649/2407>. Acesso: 06/03/2022.

Recebido em 11/03/2022. Aceito para publicação em 27/05/2022.
--